



# REDE INTERNACIONAL DE GÊNERO E COMÉRCIO

---

IGTN - INTERNATIONAL GENDER AND TRADE NETWORK

Posições da IGTN sobre a  
Organização Mundial do Comércio (OMC)

Boletim IGTN editado em português  
Vol. 01, No. 5 - Novembro de 2001  
[www.genderandtrade.net](http://www.genderandtrade.net)





# REDE INTERNACIONAL DE GÊNERO E COMÉRCIO

---

IGTN - INTERNATIONAL GENDER AND TRADE NETWORK

Posições da IGTN sobre a  
Organização Mundial do Comércio (OMC)

Boletim IGTN editado em português  
Vol. 01, No. 5 - Novembro de 2001  
[www.genderandtrade.net](http://www.genderandtrade.net)





O comércio internacional vêm tomando um papel preponderante em relação ao destino de nossos povos e países. Acreditamos que a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas e práticas comerciais, é um elemento essencial para sua democratização. Nós mulheres estamos alertas e articuladas, procurando influenciar os rumos do comércio internacional para que este seja justo e equitativo e assim possa contribuir com o desenvolvimento sustentável e harmônico do mundo contemporâneo.

A partir deste número estamos iniciando a publicação em português do Boletim IGTN.



# INTRODUÇÃO

Este número especial do Boletim da Rede Internacional de Gênero e Comércio (International Gender and Trade Network – IGTN) esclarece o ponto de vista da IGTN sobre a Organização Mundial do Comércio. Membros da IGTN tem utilizado esta publicação para pressionar seus respectivos governos a partir da quarta reunião ministerial da OMC, em novembro de 2001, em Doha (Qatar), assim como influenciar representantes governamentais e sociedade civil a trabalhar o tema em suas regiões. Representantes de cada uma das sete regiões da IGTN – África, Ásia, Caribe, Europa, América Latina, América do Norte e Pacífico – desenvolveram estes pontos de vista na Cidade do Cabo (África do Sul), como preparação para a quarta reunião ministerial da OMC.

## CRÍTICA

No atual sistema de comércio internacional, mulheres tornaram-se produtoras e consumidoras de mercadorias e chegam a ser tratadas elas próprias como mercadorias. Os sistemas de assistência às famílias e às comunidades se deterioraram, resultando em crescentes encargos para mulheres, que continuam a sustentar o custo da reprodução social. Isto ocorre porque o comércio, que outrora era apenas um componente da vida social e econômica, reina agora supremo na nova ordem mundial. Uma ordem mundial que está sendo orquestrada pelo G-7 através do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio, em defesa das corporações multinacionais e contra os interesses dos povos do Hemisfério Sul. Além disso, a integração econômica global conduzida pela crescente liberalização comercial não está fomentando o bem-estar de trabalhadores e pequenos agricultores no Hemisfério Norte. Por toda parte, pessoas vêem-se presas a um ciclo de pobreza crescente.

Nem mulheres nem quaisquer cidadãos podem mais confiar em seus estados nacionais, implicados como estes estão na crescente mercantilização dos governos. Reformas eficazes ligadas à desregulamentação, liberalização e privatização têm continuamente minado a capacidade dos estados exercerem sua soberania nacional e garantirem a segurança dos seus cidadãos. Estados nacionais, particularmente aqueles do mundo em desenvolvimento, negociaram e estão negociando sua capacidade de regular e controlar o fluxo externo de bens e serviços, de proteger a integridade de seu sistema monetário e financeiro, de determinar seus programas antipobreza, de promover sobrevivência sustentável, de proteger o bem-estar e o direito dos trabalhadores e de assegurar o fornecimento adequado de serviços públicos e infra-estrutura.

Os acordos no âmbito da Organização Mundial do Comércio, como aqueles referentes à agricultura, medidas de investimento relativos ao comércio, direitos comerciais de propriedade intelectual e o acordo geral sobre comércio em serviços, impõem constrangimentos e limitações em áreas de governo que haviam sido outrora domínio exclusivo do estado.

À luz desta crítica, a IGTN avança as seguintes reivindicações.

# I. AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR

## A AGRICULTURA DEVE SER EXCLUÍDA DO DOMÍNIO DA OMC

### A) JUSTIFICATIVA

1. A alimentação deve estar disponível e ser garantida a todas as gerações. Cada nação tem o direito de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir os alimentos básicos do povo, respeitando a diversidade cultural.
2. Segurança alimentar é uma questão central para nós mulheres, na qualidade de produtoras, processadoras, distribuidoras, provedoras e consumidoras responsáveis pela segurança alimentar doméstica.
3. O processo de liberalização, privatização e comercialização das trocas provocou a redução das infra-estruturas domésticas que mantêm a agricultura tradicional.
4. A intensificação da comercialização da agricultura levou à competição pela terra e ao conseqüente deslocamento de trabalhadores e pequenos agricultores. Este processo vem aumentando a falta de terras e agravando o êxodo rural, gerando conseqüências socioeconômicas e políticas indesejáveis, como prostituição, violência, proliferação do HIV, consumo de drogas e pobreza.
5. A liberalização do comércio e a redução de tarifas produziram um campo de disputas desigual na agricultura, em detrimento dos pequenos produtores e em prol da agricultura das corporações transnacionais.
6. O dumping dos produtos agrícolas subsidiados dos Estados Unidos e da União Européia solapa os mercados para pequenos produtores.
7. A escassez de alimentos e seu correlato, a importação compulsória, geraram conseqüências como o agravamento dos problemas de balança de pagamentos.
8. Os OGM (Organismos Geneticamente Modificados ou Transgênicos) e alimentos híbridos acabam com métodos de cultivo nativos.
9. A diminuição do setor agrícola local e nacional desagrega o tecido social, os valores culturais e a estabilidade da família extensa.



## B) ALTERNATIVAS

1. É preciso eliminar a coação que se exerce sobre as mulheres em suas funções produtivas e socioprodutivas referentes à segurança alimentar. Mulheres necessitam de:
  - acesso à propriedade da terra;
  - acesso ao crédito;
  - acesso a serviços de extensão;
  - igualdade de gêneros no nível doméstico e no mercado de trabalho apoiada por medidas legislativas e sistemas de assistência social; e
  - leis de herança que garantam o direito feminino à propriedade da terra.A intervenção e o subsídio governamentais, em geral coibidos pelos acordos da OMC, são essenciais para assegurar estas necessidades.
  
2. Para garantir a segurança alimentar com produção e redistribuição regionais, os governos deveriam engajar-se integralmente no apoio ao desenvolvimento agrícola, através dos seguintes mecanismos (muitos dos quais não são possíveis dentro dos limites do vigente Acordo sobre a Agricultura da OMC):
  - reintroduzir o apoio doméstico para cultivo de subsistência e comercial, com ênfase em mulheres agricultoras;
  - assegurar acesso ao mercado para produção agrícola do local ao global;
  - dar assistência a trabalhadores migrantes e sazonais da agricultura;
  - conservar plantas nativas e a variedade animal;
  - proteger os mercados locais contra o dumping dos produtos agrícolas subsidiados; e
  - reintroduzir empresas estatais transformadas para que sejam eficientes, responsáveis e transparentes.
  
3. Para sustentar suas funções na segurança alimentar, mulheres do setor agrícola precisam se organizar e se mobilizar para garantir sua aquisição de poder político e econômico.

## II. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

OS DIREITOS COMERCIAIS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (TRIPS-TRADE-RELATED INTELLECTUAL PROPERTY RIGHTS) DEVEM SER RETIRADOS DA OMC

### A) JUSTIFICATIVA

1. TRIPS ameaçam a segurança alimentar e a agricultura local, especialmente nas condições de patenteamento dos recursos genéticos de sementes e plantas pelas grandes corporações agrícolas.
2. TRIPS solapam o direito dos governos de planejar a saúde pública de seu povo e conferem às corporações o monopólio sobre o preço dos medicamentos. Ademais, porque impõem sérias limitações à produção de drogas genéricas, TRIPS tornam drogas e medicamentos caros, além do que podem pagar homens e mulheres que vivem na pobreza.
3. TRIPS encorajam e institucionalizam a biopirataria e roubam o saber tradicional e os recursos genéticos aceitáveis.
4. TRIPS causam problemas para pessoas pobres, especialmente mulheres e povos indígenas, no que tange às reivindicações legais sobre suas invenções em áreas como música/folclore, medicina artesanal e outras produções criativas.
5. TRIPS são uma medida exploradora e neocolonial advogada pelos governos ricos em benefício dos atores corporativos, agindo como uma superlei, que passa por cima de leis nacionais e viola a soberania nacional.
6. Corporações situadas no Hemisfério Norte detêm atualmente 90% de patentes. Elas são capazes de empreender pesquisa e desenvolvimento, bem como de perpetrar incômodos processos administrativos de direitos de propriedade intelectual, que tendem a desencorajar a pesquisa local e o esforço de patenteamento daqueles que vivem com menos recursos, especialmente mulheres e povos indígenas.

### B) ALTERNATIVAS

1. Mulheres defendem a vida e buscam criar condições para ter uma vida decente e digna. Por isso, consideramos que a vida, que acreditamos sagrada, não deve ser patenteada. A vida é a nossa herança coletiva. Não deve ser vendida ou comercializada.
2. Opomo-nos decisivamente, portanto, à direção do presente modelo/paradigma tecnológico, que não é sustentável nem coerente com a dignidade humana. Precisamos de uma base ética para dirigir o processo de tomada de decisões, o ajuste das disputas e a avaliação de todo o sistema de patentes.
3. Clamamos por uma integração dos regimes de propriedade intelectual existentes na ONU, atentando-se especialmente para sua coerência com relação a princípios de direitos humanos reconhecidos internacional e democraticamente, igualdade de gêneros e desenvolvimento sustentável.
4. Exigimos que o impacto das contribuições sociais e de gênero seja levado em conta antes que as patentes sejam emitidas.
5. Apoiamos a posição do grupo africano sobre os TRIPS e acreditamos que cada governo deve desenvolver sua lei específica para proteção do saber nativo e dos recursos genéticos, assim como um processo simplificado para registrar o conhecimento das pessoas que convivem com a pobreza, especialmente mulheres.
6. Apoiamos o desenvolvimento de mecanismos que protejam os direitos de pequenos agricultores para agir como fiscais da Associação para a Proteção da Variedade Vegetal (UPOV – Union for the Protection of Plant Varieties).
7. Convocamos os governos a consultar todos os setores da sociedade civil na elaboração da legislação de patentes. Convocamos os governos a educar seus cidadãos sobre seus direitos relativos a questões de DPI.



### III. POLÍTICAS DE INVESTIMENTO

MEDIDAS DE INVESTIMENTO RELATIVAS AO COMÉRCIO (TRADE-RELATED INVESTMENT MEASURES – TRIMS) DEVEM SER RETIRADAS DO DOMÍNIO DA OMC

#### A) JUSTIFICATIVA

1. TRIMS conferem às corporações poder ilimitado para investirem onde bem entenderem, ao invés de setores em que o desenvolvimento é necessário.
2. TRIMS enfraquecem o direito governamental de regular efetivamente os investimentos estrangeiros.
3. TRIMS enfraquecem o direito governamental de fortalecer investidores locais, entre os quais mulheres investidoras, que não podem competir na mesma base com investidores estrangeiros.
4. As discussões no grupo de trabalho sobre investimentos na OMC devem ser interrompidas. Investimentos não devem ser debatidos na OMC. O modo/processo pelo qual as discussões foram conduzidas estimula a reprodução do extinto Acordo Multilateral sobre Investimentos (Multilateral Agreement on Investment – MAI), que teria debilitado insidiosamente a soberania nacional, o meio ambiente e as leis sociais, com potenciais impactos particularmente negativos sobre as mulheres.
5. TRIMS não permitem aos governos protegerem-se da volatilidade financeira.
6. Duvidamos da percepção de que Investimento Estrangeiro Direto (Foreign Direct Investment – FDI) beneficia igualmente a todos os países.
7. O intercâmbio externo gerado por FDI é normalmente usado para pagar a dívida externa, e não para estimular a produção e o crescimento locais. Ademais, FDI cria dependência.
8. Os custos de infra-estrutura para atrair FDI excedem seus benefícios, uma vez que os lucros são repatriados fora do país que recebe os investidores.
9. FDI em zonas de exportação e áreas industriais apresentam condições de trabalho terríveis, pois estão estabelecidos fora da vigilância do controle nacional do trabalho. Nestas áreas, mulheres são submetidas a acidentes de trabalho, baixos salários, molestamento e más condições de saúde, entre outras dificuldades.

#### B) ALTERNATIVAS

1. Investimentos devem permanecer sob vigilância nacional.
2. Os governos devem ser capazes de administrar os investimentos de maneira socialmente responsável e direcioná-los para os setores produtivos da economia.
3. A regulação governamental, em parceria com a sociedade civil, deve tornar as corporações responsáveis.
4. Instituições internacionais que regulam negócios imprudentes têm que ser fortalecidas.

## IV. SERVIÇOS

O ACORDO GERAL SOBRE O COMÉRCIO EM SERVIÇOS (GENERALIZED AGREEMENT ON TRADE IN SERVICES – GATS) DEVE SER RENEGOCIADO.


### A) JUSTIFICATIVA

1. O GATS está estruturado de uma maneira que leva a múltiplas interpretações, dependendo de quem está interpretando. A própria definição de serviço público não está clara.
2. A privatização prepara o terreno para a liberalização dos serviços, ao passo que a liberalização dos serviços leva a mais privatizações.
3. Serviços públicos essenciais deveriam ser retirados do GATS. O estado deve manter o controle da provisão dos serviços essenciais, como saúde e educação, para garantir desenvolvimento.
4. O GATS tem conseqüências não apenas sobre a possibilidade de a mulher ter acesso a serviços na área de saúde, água, eletricidade e educação. Trata-se também de um setor estratégico no qual as mulheres estão presentes como trabalhadoras.
5. A migração normalmente implica a perda de trabalho qualificado, o qual entendemos ser necessário, pelo Hemisfério Sul. O modo desigual de tratar o deslocamento de pessoas do Norte e do Sul leva à exploração de trabalhadores no Sul. O deslocamento Sul-Norte é muito restrito.
6. A liberalização dos serviços ameaça a diversidade da maneira pela qual os povos fornecem e dispõem de serviços.
7. Na indústria do turismo, mulheres são submetidas à exploração como prostitutas e profissionais do sexo.
8. O Módulo 4 procura localizar os problemas que os trabalhadores qualificados que cruzam a fronteira dos hemisférios em direção ao Norte enfrentam, como discriminação a respeito da aceitação dos títulos e certificados profissionais, salário, benefícios e condições de trabalho. No entanto, as discussões correntes neste Módulo de prestação de serviços ignoram a situação de migrantes não-qualificados e de outros trabalhadores; tampouco prestam atenção ao impacto da fuga de serviço qualificado e de outros trabalhadores dos países em desenvolvimento para o Norte. A menos que uma atenção mais detida a este respeito e mecanismos corretivos possam ser incluídos no Módulo 4, este deve ser retirado do Acordo. É importante que os governos procurem proteger os mercados de trabalho locais da fuga de cérebros, com suas implicações para o desenvolvimento de recursos humanos e para o fornecimento de serviços acessíveis e pagáveis nos países em desenvolvimento.

### B) ALTERNATIVAS

1. Muitos serviços são indústrias estratégicas que deveriam permanecer sob controle estatal.
2. Convém decretar uma moratória nas próximas negociações do GATS, a fim de se avaliar sistematicamente seu impacto, particularmente sobre as mulheres e sobre o





desenvolvimento. Com base nos resultados desta avaliação, o GATS deve ser renegociado, com intenção de promover justiça econômica e social, igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável.

3. Retirar o Módulo 4, Deslocamento de Nativos, do GATS, a menos que uma atenção mais cuidadosa e que mecanismos corretivos sejam definidos para proteger mercados de trabalho locais nos países em desenvolvimento.
4. Os serviços devem reconhecer e proteger a diversidade de povos e de culturas.
5. Os governos precisam apoiar a educação para o desenvolvimento.

## CONCLUSÃO

**F**inalmente, reivindicamos revisões e reformas eficazes na OMC. Já se passaram seis anos e quatro reuniões ministeriais desde que a OMC entrou em vigor e começou a descuidar-se da implementação dos acordos da Rodada Uruguai e da administração do sistema multilateral de comércio. As operações da OMC ainda continuam encobertas por segredos, e seus processos de tomada de decisão permanecem falhos, não transparentes e antidemocráticos.

Enquanto países em desenvolvimento constituem mais ou menos 80% dos membros da OMC, com os países OECD chegando a quase 20%, os países desenvolvidos, particularmente Estados Unidos, União Européia, Japão e Canadá (o Quadrilátero), continuam a estabelecer a agenda da organização e a determinar seus resultados. Aparentemente, a tomada de decisões na instituição é baseada no consenso, mas o processo de consenso foi distorcido e utilizado de modo manipulador. Chega-se às decisões freqüentemente nos pequenos grupos de poderosos, o chamado legado do salão verde nas negociações do Uruguai, ou pelas reuniões apenas para convidados, como os recentes eventos no México e em Singapura.

Convocamos ainda os Ministros do Comércio da OMC a reafirmarem a natureza legítima e generosa do tratamento especial e diferencial para membros que se encontrem em diferentes níveis de desenvolvimento econômico. A OMC deve assumir compromissos sérios e exeqüíveis com providências especiais e diferenciais que promovam o desenvolvimento humano sustentável e centrado na igualdade de gênero. E&D (Especial e Diferenciado) deve ser conservada como relíquia, como direitos necessários para as operações justas e eqüitativas pelo sistema de comércio multilateral.

Concluindo, apelamos para que todos os nossos governos desistam da tendência a uma agenda expansiva que tudo inclui. Até que as questões de tratamento desigual e desequilíbrios embutidas nos acordos existentes, as quais recorrentemente prejudicam os países do Hemisfério Sul, sejam satisfatoriamente tratadas, de modo a promover desenvolvimento sustentável, sensível a problemas de gênero e que elimine a pobreza, a OMC deve limitar seu escopo e suas operações a questões estritamente comerciais.

# REDE INTERNACIONAL DE GÊNERO E COMÉRCIO

IGTN - INTERNATIONAL GENDER AND TRADE NETWORK

## CAPÍTULO LATINO AMERICANO:

### Alma Espino

CIEDUR / Uruguai  
aespino@chasque.apc.org

### Coral Pey

Red de Genero, Comercio y Derechos Humanos (Capitulo de Genero de Alianza Chilena - ACRJ)  
alianzaczj@ctcinternet.cl

### Graciela Rodríguez

(Coordenadora)  
SER MULHER / REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos / Brasil  
sermulher@netflash.com.br

### Guadalupe López Hernández

Grupo de Educación Popular con Mujeres (GEM) / México  
gem@laneta.apc.org

### Norma Sanchis

ESSIP Equipo de Seguimiento, Investigación y Propuestas de Políticas / Argentina  
nsanchis@overnet.com.ar

---

## Boletim IGTN

Responsável: Farah Fosse  
Design: Center for Educational Design and Communicatin, Washington, DC

### Edição em Português:

Responsável: Graciela Rodrigues / Ser Mulher  
Tradução: Miguel Soares Palmeira  
Desktop publisher: Izabel Ferreira

Informações no site: [www.sermulher.org.br](http://www.sermulher.org.br)

---

A lista do IGTN fornece boletins bimensais: IGTN Announcements and Updates e a IGTN Bulletin, que oferece análises sobre gênero e comércio.

Números antigos dos boletins podem ser encontrados em: <http://www.genderandtrade.net/>

## ENTIDADES INTEGRANTES DA REDE (ENTRE OUTRAS):

### América do Norte

Center of Concern  
Women's EDGE  
Labour Behind the Label Coalition - Maquila  
Solidarity Network

### África

Association Promotion Femme Entrepreneur  
COMESA - Women in Business  
SADC Women in Business  
African Capacity Building Foundation  
Africa Trade Network  
Technology for Women in Business  
Dep. Trade and Industry. South A.

### Caribe

DAWN - Caribbean  
WINFA  
CIECA  
CAFRA  
Association of Caribbean Economnists  
GRENCODA

### Europa

WIDE  
International Coalition for Development  
Women Working Worldwide  
UNCTAD

### Ásia e Pacífico

Fuji Women's Movement  
DAWN - Ásia  
Focus South Associate  
Pacific Asia Resource Center  
Gene Campaign

### Steering Committee

Secretariat: Center of Concern  
Maria Riley  
Alexandra Spieldoch  
Farah Fosse



*Este boletim foi editado com o apoio da*



*Para receber este boletim por e-mail, por favor escreva para [sermulher@netflash.com.br](mailto:sermulher@netflash.com.br), inserindo "assinatura boletim" no assunto e seu nome e organização no corpo da mensagem.*

